

de economia mista. Consórcios públicos. Contrato de rateio e de programa. Lei Federal nº 11.107/05 e Decreto Federal nº 6.017/07. Convênios entre entidades federativas. Acordos de cooperação.

4. Terceiro setor. Conceito. Entes paraestatais. Serviços sociais autônomos. Organizações sociais. Contrato de gestão. Lei Federal nº 9.637/98. Organizações de sociedade civil de interesse público. Termo de parceria. Lei Federal 9.790/99. OSCIPs. Lei nº 13.019/2014 (Institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil).

5. Servidores públicos I. Conceito e classificação. Servidores estatais: servidores e empregados públicos. Normas constitucionais sobre os servidores estatais. Servidores públicos: conceito e regime jurídico. Remuneração dos servidores públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Concurso público. Processo seletivo público. Contratação temporária. Terceirização. Direito de greve e sindicalização dos servidores públicos. Cargos públicos. Estágio probatório. Estabilidade. Provedimento. Remoção. Cessão de servidores. Enquadramento. Redistribuição. Direitos dos servidores municipais.

6. Servidores públicos II. Aposentadoria dos servidores públicos. Regime próprio e previdência complementar. Deveres e proibições dos servidores públicos. Regime disciplinar dos servidores públicos. Sanções disciplinares. Processo administrativo disciplinar: apuração preliminar, sindicância, processo sumário, procedimento sumário, inquérito administrativo, inquérito administrativo especial, exoneração de servidor em estágio probatório. Responsabilidade civil dos servidores públicos.

7. Competência regulamentar. Decreto executivo. Regulamentos de execução; regulamentos de complementação técnica; regulamentos impróprios. Outros veículos introdutórios de normas abstratas: resoluções, regimentos, portarias, instruções. Extinção dos regulamentos. Controle parlamentar e jurisdicional dos regulamentos.

8. Ato administrativo. Ato administrativo e fato administrativo. Conceito, classificação, espécies de ato administrativo. Licenças e autorizações administrativas. Existência, validade e eficácia do ato administrativo. Elementos e pressupostos. Abuso de poder, excesso de poder e desvio de poder. Atributos. Extinção e modificação do ato administrativo. Revogação. Retificação e invalidação. Convalidação. Efeitos dos vícios.

9. Processo administrativo: conceito, requisitos, objetivos, fases, espécies, princípios do processo administrativo. Audiências e consultas públicas. Coisa julgada administrativa. Lei Federal nº 9.784/99.

10. Licitações públicas. Lei Federal nº 8.666/93. Dever de licitar, inexigibilidade e dispensa de licitação. Princípios da licitação. Lei Federal nº 12.232/2010. Modalidades licitatórias. Pregão. Lei Federal 10.520/02. Processo licitatório. Registros cadastrais. Registro de preços.

11. Contratos administrativos. Conceito, natureza jurídica. Peculiaridade e características dos contratos administrativos. Prazo e prorrogação do contrato. Formalidades, instrumento contratual. Eficácia. Extinção. Contratos administrativos e regime diferenciado de contratações (RDC). Diversas espécies de contratos administrativos. Administração pública locadora e locatária. Convênios administrativos.

12. Serviços públicos. Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade. Serviços de interesse local. Serviço público de educação. Lei federal 9.394/96. Serviço de saúde e direito sanitário. Sistema único de saúde. Lei Federal nº 8.080/90.

13. Concessão de serviço público. Conceito, natureza jurídica, remuneração do concessionário. Licitação das concessões. Contrato de concessão. Direitos, deveres e responsabilidade da concessionária e do poder concedente. Lei Federal nº 8.987/95. Permissão e Autorização de serviço público. Parcerias Público-Privadas. Concessão administrativa. Licitação das parcerias. Regime de garantias. Regimes de empreitada. Responsabilidade do construtor e da Administração.

14. Intervenção do Estado no domínio econômico. Infrações administrativas à ordem econômica. Regulação administrativa. Exploração de atividade econômica pelo Estado. Atividades privadas sob regime especial.

15. Infrações e sanções administrativas. Providências acatatórias. Multas administrativas. Poder de polícia. Ordenação administrativa. Relação geral e especial de sujeição. Responsabilidade das pessoas jurídicas. Lei Federal nº 12.846/13.

16. Restrições, limitações e sacrifícios do direito de propriedade. Função social da posse e da propriedade. Desapropriação. Declaração de utilidade pública. Processo de desapropriação. Imissão provisória na posse. Justa indenização. Desistência da desapropriação. Desapropriação indireta. Retrocessão. Desapropriação de bens públicos. Perdimento de bens. Requisição. Servidão administrativa. Tombamento.

17. Bens públicos. Conceito, classificação, afetação e desapropriação, regime jurídico. Gestão de bens públicos. Utilização pelos administrados: autorização, permissão e concessão de uso. Concessão de direito real de uso. Enfitese. Abandono. Coisas perdidas. Bens de pessoas ausentes. Herança jacente e vacante. Alienação de bens públicos.

18. Controle da Administração. Controle interno e externo. Controle parlamentar. Controle do Tribunal de Contas. Sustação de atos e contratos administrativos. Controle jurisdicional. Controle pelo cidadão e pelo Ministério Público.

19. Responsabilidade Extracontratual do Estado. Indenização e ressarcimento. Responsabilidade estatal por atos lícitos e ilícitos. Responsabilidade estatal comissiva e omissiva. Excludentes de nexo causal e de imputação. Dano indenizável. Responsabilidade civil pessoal dos agentes públicos. Responsabilização administrativa e jurisdicional.

20. Improbidade Administrativa - Lei Federal n.º 8.429/92.
21. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar n.º 101/00.

22. Lei de Acesso à Informação - Lei Federal n.º 12.527/11.
23. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Civil
1. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
2. Lei Complementar nº 95/98.

3. Capacidade civil e direitos inerentes à personalidade.
4. Teoria e aplicação do fato, ato e negócio jurídico, inclusive elementos incidentais, defeitos e invalidade do negócio jurídico. Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico.

5. Atos jurídicos lícitos e ilícitos. Teorias sobre o dano moral, dano estético, dano coletivo e dano social.

6. Prescrição e decadência.
7. Prova: teoria geral e meios de prova.

8. Institutos da supressão e do comportamento contraditório (venire contra factum proprium).

9. Atos unilaterais: pagamento indevido e enriquecimento sem causa.

10. Direitos reais de superfície, servidões, usufruto, uso, penhor, hipoteca, concessão de uso especial para fins de moradia e concessão de direito real de uso.

11. Propriedade. Função social da propriedade.
12. Parcelamento do solo urbano.

13. Loteamento.
14. Direito e proteção aos idosos.

15. Direito e proteção às crianças e aos adolescentes.
16. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Direito Processual Civil
1. O Direito e os conflitos de interesses. Princípios gerais do processo civil. Fontes. Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal. Critérios.

2. Processo: noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

3. Fatos e atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades.

4. Procedimento Comum. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial. Improcedência liminar do pedido. Resposta do réu. Impulso processual. Prazos e preclusão. Prescrição. Inércia processual: contumácia e revelia. Formação, suspensão e extinção do processo.

5. Resposta do Réu. Contestação. Exceções. Reconvenção. Ação declaratória incidental. Incidentes processuais.

6. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Objeto, fonte e meios. Prova atípica e prova ilícita. Ônus da prova. Provas em espécie e sua produção. Audiência de instrução e julgamento.

7. Tutela provisória. Tutela de urgência: Do procedimento da tutela antecipada requerida em caráter antecedente. Do procedimento da tutela cautelar requerida em caráter antecedente. Estabilização da tutela provisória de urgência antecipada antecedente. Da tutela da evidência. Tutela provisória de urgência cautelar: Antecedente e Incidental. Poder Geral de Cautela. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.

8. Medidas de contracautela. Suspensão de segurança, de liminar e de antecipação de tutela. Restrições legais à concessão de liminares e de antecipação de tutela contra o Poder Público.

9. Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. Execução provisória. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites.

10. Remessa Oficial. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos Infringentes. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores. Reclamação e correição.

11. Ação Popular. Ação Civil Pública. Aspectos processuais.
12. Mandado de Segurança. Mandado de Injunção. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data.

13. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Medida Cautelar. Declaração de inconstitucionalidade. Ações Cíveis Constitucionais. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

14. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
Direito Tributário

1. Sistema Tributário Nacional: Titulares do Poder de Tributar. Princípios Gerais. Lei complementar em matéria tributária. Limitações ao Poder de Tributar (Princípios Jurídicos da Tributação). Imunidades Genéricas e Específicas. Competência Tributária: Impostos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Empréstimos Compulsórios. Contribuições sociais e outras contribuições. Repartição das Receitas Tributárias.

2. Código Tributário Nacional: conceito e natureza jurídica do tributo. Impostos, taxas, contribuições de melhoria. Normas Gerais de Direito Tributário: legislação tributária, fontes principais e secundárias do Direito Tributário, vigência da legislação tributária, aplicação da legislação tributária; interpretação e integração da legislação tributária. Obrigação Tributária: tipos e objetos, fato gerador, sujeito ativo, sujeito passivo, solidariedade, capacidade tributária, domicílio tributário; Responsabilidade Tributária, responsabilidade dos sucessores, responsabilidade de terceiros, responsabilidade por infrações. Crédito Tributário: lançamento tributário, modalidades de lançamentos; suspensão da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; extinção da exigibilidade do crédito tributário – modalidades; exclusão do crédito tributário – modalidades. Garantias e Privilégios do Crédito Tributário, preferências. Administração Tributária: Fiscalização; Dívida Ativa; Certidões negativas e positivas.

3. Execução Fiscal. Medida Cautelar Fiscal. Ação Anulatória de Lançamento Tributário. Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-tributária. Ação de Repetição de Indébito. Ação Consignatória em matéria tributária. Mandado de Segurança.

4. Impostos municipais: IPTU, ISS e ITBI.
5. Súmulas e Jurisprudências em matéria tributária.

Direito Financeiro
1. Direito financeiro: conceito e objeto. Atividade financeira do Estado. Fontes do Direito financeiro. Constituição Federal/88, Título VI, Cap. II. Lei Federal nº 4.320/64: A Lei do Orçamento. A Receita Pública – conceito e classificação. A Despesa Pública – conceito e classificação, proposta orçamentária, elaboração da Lei do Orçamento, exercício financeiro, créditos adicionais – suplementares, especiais e extraordinários, execução do orçamento. Fundos Especiais, controle da execução orçamentária, contabilidade, autarquias e outras entidades. Lei Complementar nº 101/00.

2. Orçamento público. Conceito. Tipos. Orçamento-programa. Princípios orçamentários.

3. Leis orçamentárias. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária anual. Ciclo orçamentário. Processo legislativo.

4. Vedações constitucionais.
5. Estágios da Despesa Pública. Empenho: conceito, tipos, nota de empenho. Resposta a pagar. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal. Despesas com seguridade social.

6. Receita Pública: Renúncia de receita. Disponibilidade de caixa.

7. Transferências voluntárias. Destinação de recursos públicos para o setor privado. Sistema financeiro nacional.

8. Regime de adiantamento.
9. Precatórios. Conceito. Histórico. Parcelamento do art. 33 do ADCT. Intervenção Federal. Precatório alimentar: Súmula 655 do STF. Emenda Constitucional nº 30: débitos de natureza alimentícia; atualização monetária; requisito de pequeno valor; Emenda constitucional nº 37: vedação de fracionamento.

Parcelamento do art. 78 do ADCT. Emenda Constitucional nº 62. Prioridade alimentar. Abatimento de débitos tributários. Compra de imóveis públicos. Atualização monetária. Juros de mora. Cessão de precatórios. Assunção de dívida. Parcelamento do art. 97 do ADCT. Dois sistemas de parcelamento. Resolução 115 do CNJ. Acordos. Sequestro. Decisões do Supremo Tribunal Federal. Precatório na lei de responsabilidade fiscal.

10. Empréstimos públicos. Conceito, natureza, classificação, princípios, regime constitucional. Limitações impostas pela Lei Complementar nº 101/00. Operações de crédito. Antecipação de receita.

11. Controle financeiro interno. Controle financeiro externo. Controle pelo Tribunal de Contas. Controle jurisdicional do orçamento. Orçamento e reserva do possível.

12. Súmulas dos Tribunais Superiores (STJ e STF).
Direito do Trabalho

1. Direito do Trabalho: conceito, denominações, características, divisão, natureza jurídica, funções, autonomia, fundamentos, formação histórica, fontes, princípios, métodos de interpretação, integração e aplicação, renúncia e transação.

2. Distinção entre relação de trabalho lato sensu e relação de emprego.

3. Trabalho autônomo. Trabalho eventual. Trabalho temporário. Trabalho avulso. Estágio. Cooperativa de mão de obra. Trabalho voluntário. Empregado aprendiz. Empregado público. Pessoa com deficiência no mercado de trabalho. Teletrabalho.

4. Contrato de emprego. Empregado. Empregador. Grupo econômico. Consórcio de empregadores. Sucessão de empregadores. Terceirização. Terceirização na Administração Pública.

5. Remuneração e salário. Distinção entre remuneração e salário. Salário. Gorjetas. Piso salarial. Teto salarial. Salário-mínimo. Salário Profissional. Piso da categoria. Composição do salário. Parcelas não salariais. Proteção ao salário. Equiparação salarial.

6. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Trabalho extraordinário. Acordo de compensação de horas. Horas em itinere. Sobreaviso. Prontidão. Trabalho em regime de revezamento. Jor-

nada noturna do trabalhador urbano. Intervalos intrajornadas. Intervalos interjornadas. Descanso semanal remunerado. Férias.

7. Alteração, suspensão, interrupção do contrato de trabalho.

8. Formas de extinção do contrato de trabalho: despedida por justa causa, despedida sem justa causa, pedido de demissão, rescisão indireta do contrato de trabalho, término do contrato por prazo determinado, morte do empregador, cessação das atividades do empregador.

9. Aviso-prévio no Direito do Trabalho.
10. Estabilidades no emprego. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

11. Proteção ao trabalho da mulher. Proteção à maternidade.

12. Proteção ao trabalho do adolescente.
13. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho.

14. Segurança e medicina do trabalho. Acidente do trabalho e moléstias ocupacionais.

15. Dano moral, dano material e dano estético no Direito do Trabalho.

16. Direito Coletivo do Trabalho. Negociação coletiva. Organização sindical. Sindicato. Federação. Confederação. Central sindical. Modelo sindical brasileiro. Prerrogativas das entidades sindicais. Garantias sindicais. Contribuições sindical, confederativa e assistencial. Liberdade sindical. Greve. Locaute.

17. Orientações jurisprudenciais do TST. Súmulas do STF, TST e STJ.

Legislação Municipal
Lei Orgânica do Município; Estatuto do Servidor Público Municipal (LC nº 82/2011 e LC nº 120/2015); Lei da Procuradoria-Geral do Município (Lei nº 7.078/2015).

SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01 DE 07 DE ABRIL DE 2014

CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, para comparecerem até o dia 30 de setembro de 2016 das 08h às 16h, à Divisão de Recursos Humanos do Serviço Municipal de Águas e Esgotos – SEMAE na Rua Otto Unger nº 450 – Centro – Mogi das Cruzes – SP, para apresentarem a documentação necessária ao provimento do cargo mencionado e ser submetido ao exame médico. O não comparecimento no prazo estipulado acarretará exclusão do candidato do referido concurso público e a convocação dos candidatos subsequentes.

OPERADOR DE MÁQUINAS
Luiz Antonio Pereira – 031529 – 7º

Douglas Teixeira Guimaraes – 052720 – 8º
Em 24 de Setembro de 2016 - Robson dos Santos - Diretor Administrativo

HOMOLOGAÇÃO
Pregão Nº 000054/2016 - PROCESSO Nº 2016/204162

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEDRA BRITADA, PEDRISCO E OUTROS.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):
- Lote(s) 4: CASAMAX COMERCIAL LTDA;

- Lote(s) 2,5,6: SERVENG CIVILSAN S/A - Empresas Associadas de Engenharia;

- Lote(s) 1,3: EMBU S/A - Engenharia e Comércio.
Diretoria Geral, em 23 de setembro de 2016.

DIRCEU LORENA DE MEIRA
Diretor Geral

HOMOLOGAÇÃO
Pregão Nº 000053/2016 - PROCESSO Nº 2016/204053

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO COM HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO E HIDRÓXIDO DE CÁLCIO EM SUSPENSÃO AQUOSA.

EMPRESA(S) VENCEDORA(S):
- Lote(s) 1,2: DRYLLER INDUSTRIA E COMERCIO DE HIDROXIDOS LTDA

Diretoria Geral, em 23 de setembro de 2016.
DIRCEU LORENA DE MEIRA

Diretor Geral
HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO Nº 041/2016 - PROCESSO Nº 2016/202510
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MINI-ESCAVADEIRA E MINI PÁ-CARREGADEIRA, ZERO KM.

EMPRESAS VENCEDORAS:
- Lote 1: YANMAR SOUTH AMERICA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA

- Lote 2: Automec Comercio de Veículos novos e usados LTDA

Diretoria Geral, em 23 de setembro de 2016.
DIRCEU LORENA DE MEIRA

Diretor Geral

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DESPACHOS DO PREFEITO:

Processo nº 38.809/16 – Declara inexigível a licitação e ratifica o procedimento com fulcro nos artigos 25, “caput” e 26, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores atualizações, para autorizar empenho prévio em favor da empresa EDITORA JORNAL DOS CONCURSOS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.772.003/0001-11, para cobertura de despesa com assinatura anual do “Jornal dos Concursos & Empregos”, para atendimento dos consulentes da Biblioteca Pública Municipal “Benedicto Sérvulo de Santana”. Valor R\$ 348,00.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 11 DE 3 DE AGOSTO DE 2015

CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados, para comparecer até o dia 30 de setembro de 2016, das 8h às 17h, à Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública na Av. Ver. Narciso Yague Guimarães, 277 – 1º andar – Centro Cívico – Mogi das Cruzes – SP, para apresentarem a documentação necessária ao provimento do cargo mencionado e serem submetidos ao exame médico. O não comparecimento no prazo estipulado acarretará a exclusão do candidato do referido concurso público e a convocação do candidato subsequente:

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Nome	Inscrição	Classificação
Camila Ratcov Franco	117923	24º
Victor Miranda Pinto	119517	25º

Em 22 de setembro de 2016
Sergio Decaro

Coordenador de Gestão de Recursos Humanos
PORTARIA Nº 6.116, de 04/08/16, nomeando, a partir desta

data, nos termos do Inciso II, Artigo 37, Capítulo VII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, combinado com os artigos 9º, I, e 10, caput, da Lei Complementar Municipal nº 82/11, de acordo com a classificação no Concurso Público nº 11/15, o senhor RICARDO CAMPO-LINO LEANDRO DA SILVA, portador do RG nº 32.621.620-0 e CPF nº 329.540.818-13, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Motorista, Padrão “E-11”, lotado no Departamento de Planejamento Educacional da Secretaria de Educação.

PORTARIA Nº 6.164, de 11/08/16, dispensando, a pedido, a partir desta data, o servidor ANTONIO MOURA CORNELIO – RGF nº 9.043, contratado para exercer o emprego público de Encanador, Padrão “F-6”, Grau “H”, lotado na Divisão de Controle e Segurança de Próprios Municipais do Departamento de Manutenção de Próprios Públicos da Secretaria de Serviços Urbanos, ficando, em consequência, rescindido o respectivo contrato individual de trabalho.

PORTARIA Nº 6.177, de 17/08/16, conferindo nova redação ao caput do artigo 1º, da Portaria nº 5.869/16, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Nomear, a partir desta data, nos termos do Inciso II, Artigo 37, Capítulo VII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, combinado com os artigos 9º, I, e 10, caput, da Lei Complementar Municipal nº 82/11, de acordo com a classificação no Concurso Público nº 15/14, a senhora ADRIANA BORGES DE ARAUJO, portadora do RG nº 24.742.147-9 e CPF nº 205.351.828-64, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Psicólogo, Padrão “E-33”, lotada no Departamento de Proteção Social Básica da Secretaria de Assistência Social.”

PORTARIA Nº 6.178, de 17/08/16, nomeando, a partir desta data, nos termos do inciso II, artigo 37, Capítulo VII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, combinado com os artigos 9º, I, e 10, caput, da Lei Complementar Municipal nº 82/11, de acordo com a classificação no Concurso Público nº 11/15, para exercerem, em caráter efetivo os cargos abaixo relacionados, lotados na Supervisão de Ensino da Secretaria de Educação, os Senhores:

Professor de Educação Infantil – 30h – Padrão “E-22”

NOME	RG	CPF
NAYARA MOREIRA DE BRITO	43.529.134-8	455.642.778-99
RITA DE CÁSSIA SILVA SOUZA	23.298.493-1	179.968.938-70
FRANCINE TORRALBO DO NASCIMENTO	30.638.746-3	277.229.958-96
FABIANA BARBOSA MIRANDA	43.044.470-9	343.368.218-60
LUCIANA DE PAULA	42.228.479-8	651.406.468-70
RODRIGO DA SILVA GUEDES	40.019.900-2	362.512.658-33
RAQUEL DO NASCIMENTO PEREZ	35.104.923-X	334.804.678-57
PRISCILA TOSHIO SHIMADA DA SILVA	34.110.836-4	290.136.068-81
TANIA PEREIRA DA SILVA	17.216.547-7	123.050.918-69
NATHALIA RAMOS DE CASTRO	47.902.978-7	382.733.798-41

Professor I de Ensino Fundamental – 30h – Padrão “E-26-A”

NOME RG CPF
THAIS CRISTINA DA SILVA 29.694.553-5 334.204.938-35

Professor II de Ensino Fundamental – 30h – Inglês – Padrão “E-28-A”

NOME RG CPF
MILTON DIAS LOPES JUNIOR 20.639.008-7 116.415.248-39

PORTARIA Nº 6.183, de 19/08/16, exonerando, a pedido, a partir de 17/08/16, nos termos do artigo 33, inciso “I”, da Lei Complementar nº 82/11, a servidora JACQUELINE SOUZA JACQUES – RGF 17.848, do cargo de Chefe de Divisão, Padrão “C-40”, de provimento em comissão, lotada na Divisão de Apoio ao Conselho Tutelar do Departamento da Casa da Criança da Secretaria de Assistência Social.

PORTARIA Nº 6.184, de 19/08/16, exonerando, a pedido, a partir de 18/08/16, nos termos do artigo 33, inciso “II”, da Lei Complementar nº 82/11, o servidor ANDRÉ LUIZ MILFONTE SILVA – RGF 17.942, do cargo de Chefe de Divisão, Padrão “C-40”, de provimento em comissão, lotado na Divisão de Tapa Buraco do Departamento de Conservação Urbana da Secretaria de Serviços Urbanos.

PORTARIA Nº 6.186, de 19/08/16, exonerando, a partir desta data, a bem do serviço público, com fundamento no disposto nos artigos 157, II, e 162, da Lei Complementar nº 82/11, o servidor RODOLFO MÉDICI DE SOUZA – RGF nº 15.768, Auxiliar de Serviços Gerais – Padrão “E-1”, lotado na Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública, à disposição de outros Órgãos, em razão de haver se ausentado do trabalho desde 23/01/15, sem justificativa, conforme demonstrativos dos registros das marcações de ponto eletrônico e demais documentos constantes do protocolo em epígrafe, ficando caracterizado o abandono de cargo.

PORTARIA Nº 6.187, de 19/08/16, exonerando, a partir desta data, a bem do serviço público, com fundamento no disposto nos artigos 157, III, e 162, da Lei Complementar nº 82/11, o servidor WILSON DOS SANTOS – RGF nº 16.560, Auxiliar de Serviços Gerais – Padrão “E-1”, lotado no Departamento de Planejamento e Desenvolvimento da Secretaria de Transportes, em razão de haver se ausentado do trabalho desde 18/09/15, sem justificativa, conforme demonstrativos dos registros das marcações de ponto eletrônico e demais documentos constantes do protocolo em epígrafe, ficando caracterizado o abandono de cargo.

PORTARIA Nº 6.195, de 23/08/16, nomeando, a partir desta data, nos termos do Inciso II, Artigo 37, Capítulo VII, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98, combinado com os artigos 9º, I, e 10, caput, da Lei Complementar Municipal nº 82/11, de acordo com a classificação no Concurso Público nº 12/15, o senhor ANDRÉ DE GODOY BUENO, portador do RG nº 35.256.656-5 e do CPF nº 323.518.778-29, para exercer, em caráter efetivo, o cargo de Professor “II” de Ensino Fundamental – 30h, Padrão “E-28-A”, lotado na Supervisão de Ensino da Secretaria de Educação.

PORTARIA Nº 6.196, de 23/08/16, exonerando, a pedido, a partir de 22/08/16, nos termos do artigo 32 da Lei Complementar nº 82/11, a servidora KATIA SANTINA DA SILVA – RGF nº 18.484, exercente do cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Padrão “E-7”, lotada na Supervisão de Ensino da Secretaria de Educação, constante do Quadro de Pessoal Permanente.